

COM A JUSTIÇA

TRIBUNINHAS

Lula e outros dez são denunciados pelo MPF por obras financiadas pelo BNDS na Angola

Agência Brasil

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e outras dez pessoas - entre elas, o empresário Marcelo Odebrecht - foram denunciadas ontem pelo Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF/DF). A denúncia foi entregue à Justiça Federal e se refere à Operação Janus, deflagrada em maio último e que investiga contratos relacionados à Construtora Odebrecht e pessoas ligadas a Lula. Segundo o MPF o ex-presidente teria atuado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros órgãos com o objetivo de garantir a liberação de financiamentos para obras em Angola.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Lula é acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e tráfico de influência.

“Os trabalhos foram executados pela Construtora Odebrecht que em retribuição ao fato de ter sido contratada pelo governo angolano com base em financiamento para exportação de serviços concedido pelo BNDES, repassou aos envolvidos, de forma dissimulada, valores que, atualizados, passam de R\$ 30 milhões”, diz a nota do MPF.

Os denunciados são acusados de cinco crimes: corrupção ativa e passiva, lavagem de dinheiro, tráfico de influência e organização criminosa. Na semana passada o MPF recebeu da Polícia Federal o relatório final com o indiciamento do ex-presidente. Segundo os procuradores, as investigações devem continuar.

ATUAÇÃO

A denúncia do MPF divide a atuação de Lula em dois momentos. No primeiro, ele é acusado de corrupção passiva, já que entre 2008 e 2010 era presidente da República. O segundo momento aconteceu entre 2011 e 2015 e a acusação é de tráfico de influência. Segundo os procuradores, mesmo fora do cargo, Lula atuou em benefício dos envolvidos.

“Além disso, o ex-presidente deve responder por lavagem de dinheiro, crime que, na avaliação dos investigadores, foi praticado 44 vezes e que foi viabilizado, por exemplo, por meio de repasses de valores justificados pela subcontratação da empresa Exergia Brasil, criada em 2009 por Taiguara Rodrigues dos Santos, ‘sobrinho’ de Lula e também denunciado na ação penal”, diz a nota do MPF.

O Ministério Público cita ainda que algumas das pagamentos indevidos foram feitos como remuneração por palestras que teriam sido feitas pelo ex-presidente a convite da Odebrecht.

Defesa pede afastamento de Moro

Os advogados do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva protocolaram ontem duas ações pedindo o afastamento de 13 procuradores do Ministério Público Federal (MPF) envolvidos na força-tarefa da Operação Lava Jato e a retirada do juiz Sergio Moro como magistrado responsável por julgar a denúncia contra o petista e sua esposa, Marisa Letícia da Silva, que viraram réus pelo caso do triplex do Guarujá. Os pedidos serão analisados e, se negados, caberá recursos em instâncias superiores. Segundo

o advogado Cristiano Zanin Martins, a coletiva concedida pela equipe coordenada pelo procurador Deltan Dallagnol no dia 14 de setembro foi feita baseada em um “espetáculo” e usou dinheiro público para apresentar assuntos que sequer eram objetos da denúncia. “Não há dúvida que os procuradores, ao fazerem a entrevista coletiva, não respeitaram as garantias fundamentais do ex-presidente Lula e Dona Marisa e fizeram por consequência uma exposição indevida da imagem, honra e reputação dos dois”, dis-

se Martins, durante coletiva de imprensa em São Paulo para comentar a defesa do petista.

A defesa de Lula apontou uma série de ocasiões em que, segundo ela, o juiz Moro “confundiu a função de julgador com a de acusador” na avaliação dos processos envolvem o petista. De acordo com Zanin Martins, ao receber a denúncia feita pelo MPF no último dia 14, Moro passou a fazer adendos às omissões na peça de acusação, na forma de “esclarecimentos adicionais”.

Sobre a denúncia feita ontem

pelo Ministério Público Federal de que o ex-presidente teria usado sua influência para favorecer a construtora Odebrecht e recebido propina em contratos referentes a Angola, o advogado de Lula disse não ter “conhecimento dos termos da denúncia”. Segundo ele, os pagamentos recebidos por Lula da Odebrecht se referem às palestras que ele realizou e “estão no site do Instituto Lula. Toda a documentação está disponível para o público. Não se pode fazer paralelo entre estas palestras e o BNDES”, disse.

NEUTRO

Terceiro colocado no primeiro turno das eleições, o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet (PDT), anunciou ontem que não irá apoiar nenhum dos candidatos no segundo turno. “Seria incoerente apoiar planos de governo que não cabem no orçamento de Curitiba e tão pouco estão adequados ao momento da economia nacional”, alegou.

REJEIÇÃO

Em 2012, Gustavo Fruet passou ao segundo turno das eleições municipais graças aos votos que obteve na Região Norte de Curitiba, especialmente na Zona Eleitoral 177, que reúne, entre outros, os bairros do Batel, Água Verde e Bigorriho. E foi justamente nesta região que o atual prefeito perdeu o maior número de votos nas eleições deste ano: ele perdeu 40% dos votos em seu principal reduto eleitoral. A rejeição desses eleitores ao Partido dos Trabalhadores e a dificuldade da prefeitura em atender às principais demandas destes bairros explicam a queda do desempenho do atual prefeito.

REDES SOCIAIS

Após deixar de cumprir uma decisão liminar para tirar uma página do ar por conter ofensas a um candidato a prefeito, o Facebook cancelou um perfil anônimo para cumprir a decisão do juiz eleitoral Renato L. C. Roberge, de Joinville (SC). O processo discutia a irregularidade de um perfil na rede social com críticas a um dos candidatos a prefeito do município.

ANTICORRUPÇÃO

O movimento Vem pra Rua lançou ontem um site onde os internautas podem conhecer a posição dos deputados em relação ao Projeto de Lei (PL) 4.850/16, que propõe dez medidas de combate à corrupção, em análise na Comissão Especial da Câmara dos Deputados. A iniciativa visa mobilizar a população para cobrar o apoio dos parlamentares. Será possível também acompanhar as alterações que forem apresentadas pelos deputados ao longo das discussões. Os contatos dos integrantes da comissão, tanto titulares como suplentes, estão divulgado no site. De acordo com levantamento feito pela entidade, 28 deputados da comissão são a favor da proposta, 8 são contra e 24 estão indecisos.

ATAS E EDITAIS

www.parana-online.com.br/ataseeditais

HIDRELÉTRICA VALE DO JORDÃO EIRELI. Toma público que recebeu do Instituto Ambiental do Paraná, a Licença de Instalação, com validade até 21/09/2018, para implantação da CGH Parque, no Rio Jordão, em Guarapuava, Estado do Paraná.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Renault do Brasil torna público que recebeu do IAP, a Licença de Instalação para fabricação de blocos e cabeçotes de motores em alumínio, a ser implantada na Av. Renault, 1300, São José dos Pinhais – PR.

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA 10/2016 - CRO/5

A Comissão Regional de Obras/5 comunica a marcação de licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA - nº 10/2016, tipo menor preço, nos termos da Lei 8666/93 e suas alterações. Objeto: Contratação da Obra de Construção do COP da 5ª DE e COP do 11º Centro de Telemática em Curitiba-PR. Valor Estimado da Contratação: R\$ 10.451.428,98 (Dez milhões, quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos.). A entrega dos envelopes até às 08:45h do dia 10 de novembro de 2016 e abertura às 09:00h. Retirada do edital a partir de 11 de outubro de 2016 via site www.comprasgovernamentais.gov.br, e site www.cro5.eb.mil.br; informações na CRO/5, Rua 31 de março, 3018, Pinheirinho, Curitiba/PR, de 2ª a 5ª das 08:00h às 10:30h e das 13:30 às 15:30h e na 6ª das 8:30h às 11:30h, (41) 3268-0147 R 209.

SÉRGIO LUIZ FELIZARDO RIBEIRO – Cel
Chefe da CRO/5

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Renault do Brasil torna público que recebeu do IAP, a Licença de Instalação para injeção e pintura de peças plásticas, ampliação da fábrica de motores e para reorganização de estoques de peças e de processos, a ser implantada na Av. Renault, 1300, São José dos Pinhais – PR.

SÚMULA DE EMISSÃO DE LICENÇA PRÉVIA

A Associação de Moradores do Condomínio Villa Pinha Carmin, torna público que recebeu do IAP Licença Prévia para o empreendimento, cuja atividade é: Condomínio Villa Pinha Carmin, situado na Rua João José Marochi, 400, Colônia Antônio Rebouças, no município de Campo Largo.

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

A Associação de Moradores do Condomínio Villa Pinha Carmin, torna público que requereu ao IAP Licença de Instalação para instalação do Condomínio Villa Pinha Carmin, situado na Rua João José Marochi, 400, Colônia Antônio Rebouças, no município de Campo Largo.

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ comunica que fará realizar licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, nº 56/2016, sob a forma de REGISTRO DE PREÇOS, do tipo menor preço por item, visando a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS. A abertura ocorrerá no dia 24/10/2016, às 14h, pelo site www.comprasgovernamentais.gov.br, podendo a cópia do edital ser obtida também no site do TRE-PR (www.tre-pr.jus.br). Beatriz Rodrigues de Melo, Pregoeira.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO



TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

Câmpus Curitiba

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de instalações elétricas necessárias a ligação de equipamentos específicos do Departamento Acadêmico de Mecânica (DAMEC), pavimento térreo Bloco “K”, da Sede Ecoville do Câmpus Curitiba da UTFPR. Data da sessão pública: 31/10/2016 – às 14horas, na Divisão de Compras – Av. Sete de Setembro, 3165 – Curitiba – PR, local onde poderá ser obtido o Edital e seus anexos, ou através do e-mail dcasagrande@utfpr.edu.br.

Rodrigo Alves Novinski
Presidente da Comissão de Licitação